

Senado examina o acordo com os bancos credores

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado deverá apreciar em sua reunião de hoje os termos da negociação da dívida externa brasileira com os bancos privados, e o acordo da rolagem da dívida dos estados, Distrito Federal e municípios para com a União. Segundo o presidente da comissão, senador João Rocha (PFL-TO), o acordo da dívida externa devolve ao Brasil uma situação de plena normalidade em seu relacionamento com a comunidade financeira internacional, o que deverá significar a volta da captação de novos recursos externos, notadamente na forma de capital de risco (investimentos), com efeito direto sobre a geração de empregos.

Para o senador João Rocha, o fechamento do acordo da dívida externa brasileira com os bancos privados encerra um período de dez anos de sinuosas negociações, e um pesadelo. O Brasil, com este acordo, explicou, volta a ser adimplente, criando novas bases no seu relacionamento com o resto do mundo.

Prazo — O acordo da dívida externa brasileira com os bancos privados envolve recursos da ordem de 53 bilhões de dólares, prazo de até 30 anos, e a conversão de débitos antigos por bônus,

alguns deles envolvendo desconto do principal de até 35 por cento. Mas mesmo considerando-se a dívida externa total brasileira, de 120 bilhões de dólares, o senador João Rocha diz que ela não constitui um peso excessivo para o País, como evidenciam os dados comparativos.

Com um Produto Interno Bruto de 5,95 trilhões de dólares, os Estados Unidos registraram em 1992 uma dívida total de 3,142 trilhões de dólares (52,8 por cento do PIB), e um déficit fiscal de 335,3 bilhões de dólares (5,63 por cento do PIB); a França registrou um PIB de 1,32 trilhão de dólares, uma dívida pública total de 1,8 trilhão de dólares (136 por cento do PIB), e um déficit fiscal de 17 bilhões de dólares, enquanto no Brasil a dívida total (externa mais interna), por volta de 166 bilhões de dólares (abatendo-se o valor das reservas internacionais, de 25 bilhões de dólares, e também os títulos em carteira no Banco Central), situa-se em algo em torno de 37 por cento do PIB.

A normalização do relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional, segundo o senador João Rocha, surge numa hora muito oportuna, em que o Japão está injetando em

sua própria economia, este ano, 57 bilhões de dólares, visando com isto a um novo impulso de crescimento, que vai repercutir em todo o mundo. Com este novo programa, os japoneses estão, inclusive, abrindo mais o seu mercado e elevando suas importações, coisa que, certamente, vai beneficiar também os produtos brasileiros.

Sobre a questão da rolagem da dívida mobiliária dos estados e municípios, o senador João Rocha disse considerar como praticamente certa a aprovação do acordo na reunião de hoje da comissão. Uma vez aprovado o acordo, explicou, ficará faltando ao Senado apenas definir quais serão os índices e comprometimento das receitas estaduais, para efeito do pagamento da dívida, dentro do cronograma de rolagem, de 20 anos.

Compromisso — João Rocha defende, contudo, a definição de índices específicos de comprometimento das receitas, estado por estado, pois a fixação de um único índice, como já ocorreu no passado, quando se fixou um comprometimento de 15 por cento das receitas para todos, indiscriminadamente, acabou inviabilizando o acordo, na prática.